

As construções discursivas de uma Pelotas imaginada

Simone Xavier Moreira

Mestre em História da Literatura pela
Universidade Federal do Rio Grande

simonexmoreira@gmail.com

Resumo: Dentro da perspectiva de uma Linguística Aplicada Indisciplinar e Crítica, este estudo pretende refletir sobre a maneira como os discursos, como práticas de significação, constituem o imaginário coletivo da cidade de Pelotas, de cidades imaginadas que ultrapassam a ficção e passam a ocupar, a partir da identificação cultural, a imagem que as pessoas têm da cidade e de si mesmas. A fim de desenvolver esta reflexão e explicitar esse processo, são analisados alguns dos discursos que concorreram para a formação e para a emergência de identidades para a cidade de Pelotas.

Palavras-chave: Pelotas. Discursos. Cultura. Identidades.

Considerações iniciais

Considerada um polo econômico e cultural na segunda metade do século XIX, Pelotas preserva em seu cenário urbano os registros de tempos de opulência e cultura. Há muita história espalhada pelas ruas, praças, fachadas dos prédios históricos e monumentos, no entanto, a maior parte da população, na pressa do dia a dia, provavelmente nunca tenha refletido sobre a relação existente entre sua vida particular e os acontecimentos da cidade. Mesmo passados mais de um século deste período de apogeu, ainda impera entre os mais destacados historiadores, entre pesquisadores e escritores, uma visão positivista do passado, que perpetua a imagem de Pelotas como a capital cultural do Rio Grande.

Não obstante, algumas vertentes críticas propõem outros pontos de vista para a compreensão da história de Pelotas e questionam, por exemplo, a representação do passado construída e consolidada a partir do culto a valores relacionados a uma estrutura social tradicional e permeada por desigualdades.

Esse modelo identitário, assumido por grande parcela da população pelotense em diversas ocasiões, é incentivado pelo poder público, pela academia, pela mídia local, pelas instituições culturais, entre outros. Porém, não é possível afirmar que essa identidade seja um produto imposto por um grupo ou indivíduo, mas sim que, após ser registrada em livros e materiais didáticos, ser ensinada nas escolas do município, ser propagada pela mídia insistentemente, a história contada - construída a partir das

lembranças de algumas pessoas, em geral, membros da elite econômica, política e cultural da cidade - passou a fazer parte do senso comum. É assim que escutamos a História de Pelotas, é assim que a contamos.

Para elucidar tais inferências e propor uma reflexão acerca da responsabilidade dos agentes envolvidos com a educação, especialmente os linguistas aplicados, e com o objetivo de compreender quem fala e o que fala, ou seja, pela observação da posição discursiva e do discurso, buscou-se uma aproximação com as reflexões de Michel Foucault e Stuart Hall. Este procedimento se dá no intuito de compreender de que forma os discursos, como práticas de significação, constituem o imaginário coletivo da cidade de Pelotas, de cidades imaginadas que ultrapassam a ficção e passam a ocupar, pela identificação cultural, a imagem que as pessoas têm da cidade e de si mesmas.

1 O poder criador da linguagem

Segundo Alastair Pennycook (1998, p. 29), “o que falta à concepção de linguagem é a compreensão de que a língua é um sistema de significação de idéias que desempenham um papel central no modo como concebemos o mundo e a nós mesmos”. Compreendendo a linguagem deste modo, pode-se inferir que é a partir do poder criador da linguagem que podemos recriar nossas condições de existência, imaginar vidas novas, inventar um mundo diferente, dar existência a situações ditas impossíveis; e o recurso necessário para tanto é a palavra - que não deve ser compreendida

como simples forma de registro daquilo que existe, mas como um instrumento de criação do novo.

Por sua vez, para que seja possível a interação entre os membros de uma comunidade linguística - uma cidade, por exemplo - é necessário que se convençionem vínculos entre expressões e conteúdos. Na perspectiva foucaultiana, esse tipo de relação pode ser compreendida como o estabelecimento de regras, as quais regem os jogos de linguagem e são partilhadas pelos jogadores. As regras são o fator que indica o que é ou não permitido no jogo. Logo, é uma produção social, que ao ser compartilhada, vai constituindo e sendo constituída pelo uso e pelas convenções sociais (FOUCAULT, 2007).

Segundo o filósofo,

trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2007, p. 36-37).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível pautar as questões discursivas acerca da cidade de Pelotas, como proposições seguindo regras, e inferir que é o sujeito que ao seguir a regra, torna-a portadora de sentido.

A existência da regra por si só, já é um indicativo de que ela faz parte de uma invenção, e como tal, possui um valor atributivo.

Nesse sentido, percebe-se que algumas questões merecem uma atenção especial na hora de pensar sobre as possibilidades de criação e de manutenção de realidades, a partir do uso da linguagem. Logo, é possível supor que todo movimento narrativo tem um objetivo.

Nessa perspectiva, percebe-se que os fragmentos de micropoderes, de acordo com Foucault (1996), ou jogos de linguagem, nos termos de Hall (1997), servem como mecanismos do disciplinamento dos saberes, como tática para a constituição do sujeito do discurso. Nesse contexto, diversos mecanismos podem ser recrutados com a finalidade de tornar coletiva a opinião de pequenas porções das sociedades, isto é, de naturalizar uma forma de compreender determinados fatos ou até a sociedade como um todo. Dentre eles, o mais poderoso é a linguagem. É através da linguagem que os homens constroem e destroem realidades, que determinam e que alteram os rumos do mundo; é por meio da linguagem que ideias e perspectivas são expressas e que culturas são promovidas e se estabelecem.

Branca Falabella Fabrício (2006, p. 46), em *Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem*, afirma que a linguagem é uma prática social e, ao estudá-la, estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte “constituente e constitutiva” (Ibid., p. 49). Nessa perspectiva, a linguagem afeta questões que operam diretamente na sociedade contemporânea e, portanto, “nossas práticas discursivas envolvem escolhas que têm

impactos diferenciados no mundo social e nele interferem de formas variadas” (Ibid., p. 49).

É importante destacar, o enfoque dessa linguista aplicada, a consciência da impossibilidade de se obter verdades objetivas e inquestionáveis, da busca de um real, caracterizada por um determinismo explicativo “que parece ignorar os aspectos inescapavelmente ideológicos e políticos envolvidos em sua própria forma de teorizar o discurso, o conhecimento e o mundo social” (Ibid., p. 50). Conforme a autora,

a “mudança de rumo”, longe de se comprometer com a “salvação” de destituídos ou menos desenvolvidos, vê nesses espaços “excedentes” a possibilidade de surgimento de novas formas de percepção e de organização da experiência não comprometidas com lógicas e sentidos históricos viciados” (FABRÍCIO, 2006, p. 51-52).

Outro linguista a partilhar de tais ideias é Luiz Paulo da Moita Lopes. Ele afirma que “[não] estamos diante de uma nova verdade, mas sim de alternativas para a pesquisa em nosso campo, que refletem visões de mundo, ideologias, valores etc. de seus proponentes e que, claro, como outras, têm suas limitações e são contingentes” (MOITA LOPES, 2006, p. 21).

Fabrício (2006, p. 48), ao refletir sobre a necessidade de uma revisão das bases epistemológicas da LA, defende que “nossas práticas discursivas não são neutras, e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por

relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social”. Também, se foi através da linguagem que se constituiu uma cultura que acomoda e aliena, através da linguagem uma mudança poderá ser promovida, logo, como indica a autora,

a LA [...] encontra-se em processo de reconstrução, reinventando-se, em termos de *regime de ‘não-verdade’*, i.e., uma forma de vida que, em lugar de investir na delimitação de um perfil disciplinar claramente contornado, passa a apostar no diálogo transfronteiras (envolvendo diversas áreas e diferentes modos de produção de conhecimento) e a assimilar a metáfora da trama como modo de conhecer - entendendo que o conhecimento produzido e as ‘verdades’ a ele atribuídas são deste mundo, fabricados pela própria sociedade que neles se apoia (FABRÍCIO, 2006, p. 52).

Nesse sentido, somam-se a esta reflexão as contribuições de Pennycook (1998) que, em defesa de uma abordagem crítica em LA traz para o debate o senso de responsabilidade social ao lembrar uma série de iniquidades que assolam o mundo inteiro, afirmando que “precisamos ir além da visão que postula que a política é domínio dos estados-nação ou dos ‘líderes políticos’ e nos perceber dentro de um conjunto de relações de poder que são globais em sua essência” (PENNYCOOK, 1998, p. 23). O autor convida a uma revisão sobre nossas bases culturais e ideológicas no intuito de percebermos como elas podem contribuir para a perpetuação das injustiças, já que “o aprendizado de línguas está intimamente ligada tanto à manutenção dessas iniquidades quanto às condições

que possibilitam mudá-las. Logo, é dever da LA examinar a base ideológica do conhecimento que produzimos” (Ibid., 24).

Neste sentido, o pesquisador alerta que enquanto continuarmos ensinando línguas de forma trivial, ou seja, objetivando apenas capacitar os alunos para que façam uso produtivo dos mecanismos de comunicação, estaremos alimentando o mesmo sistema excludente que molda sujeitos para os padrões da acomodação, que não terão acesso ao poder nem capacidade de questionamento daquilo que lhes parecerá normal.

Ao aceitar determinada questão como normal, estabelecendo uma associação entre esta, ainda enquanto linguagem, e o mundo, emerge o poder que normaliza e significa. Ao acrescentarmos regularidade discursiva a uma proposição, fazemos com que ela acabe por constituir-se em uma realidade. É nesse sentido que vem sendo alterada a maneira como o conhecimento é promovido na área dos estudos da linguagem e do discurso, de forma que a relação com outras áreas, com novas perspectivas teóricas e metodológicas, faz-se essencial na investida de atender à complexidade do cotidiano contemporâneo e à heterogeneidade do sujeito social. Sendo assim, Fabrício sublinha que

a perspectiva da criação, da multiplicidade do significado e da valorização dos contextos de uso da linguagem para a compreensão do sentido instigou, na área da LA, o emprego de metodologias de análise do discurso que possibilitam a reflexão sobre essas interseções entre linguagem, cultura, sociedade e subjetividades (FABRÍCIO, 2006, p. 58).

Para a autora, “é esse foco no processo de invenção e de fabricação permanente do mundo social que nos acorda para a **possibilidade de e responsabilidade por** mudanças e construção de valores, sentidos e futuros sociais possíveis” (Ibid., p. 58, grifos da autora). Nessas condições, é fundamental compreender o sujeito social de maneira indissociada das práticas discursivas que o constituem com uma posição social, cultural e historicamente determinada. À Linguística Aplicada (LA) cabe o desafio de buscar repensar o social e o subjetivo das práticas discursivas por meio das quais nos constituímos, produzimos sentido e nos relacionamos no e com o mundo.

Na concepção de Michel Foucault (2008), uma formação discursiva é

um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2008, p. 82).

Assim, compreendendo o discurso como prática regrada, pode-se empreender uma leitura dos documentos oficiais em busca de regularidades que funcionam como leis, que dispõem

determinados enunciados e deles extrair os significados mais profundos e até escondidos, os quais permitem compreender o como as iniquidades referidas por Pennycook (1998) são perpetuadas em nossas práticas cotidianas enquanto sujeitos, mas especialmente, enquanto professores, a partir do disciplinamento. A disciplina, como afirma Foucault (2007, p. 36), "é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras".

Partindo dessa compreensão, diversos são os fatores que devem ser considerados. Stuart Hall (1997) desenvolve uma reflexão a respeito da aproximação entre a subjetividade e a objetividade, quando se trata da questão cultural. Para o teórico, nossas identidades são construídas culturalmente, na linguagem e pela mesma, assim não é mais possível falar em uma identidade fixa já que o ser humano está em constante processo de formação, o que coloca as identidades em uma perspectiva fragmentada, sendo "multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que se cruzam e até podem ser antagônicas" (HALL, 2000, p. 37). Neste contexto, não são só as definições pessoais que nos constituem, mas principalmente a relação que estabelecem com os aspectos objetivos presentes nas ações e nas estruturas sociais contextualizadas em um determinado tempo e lugar.

Ao desenvolver sua teoria sobre a "virada cultural", Hall afirma que ela "está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma

de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas as quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (HALL, 2000, p. 9). Nesse sentido, compreendendo a cultura como um elemento regulador e a linguagem como criadora da “realidade”, torna-se indispensável trazer para a Linguística Aplicada a reflexão acerca dos mecanismos através dos quais culturas são impostas e desigualdades são perpetuadas.

2 A criação de Pelotas

Segundo Sandra Pesavento,

[u]ma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história de uma cidade é também o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apoia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome ninguém mais sabe. (PESAVENTO, 2007, *online*)

Dessa forma, elementos pertencentes à cultura popular e às tradições acabam fundindo-se aos fatos históricos, ou seja, a História vai sendo construída mais a partir dos relatos de memórias e de testemunhos do que de fontes documentais. Em muitos casos, na ausência de elementos que deem corpo à história, as lendas e mitos populares pertencentes ao imaginário passam a ocupar a narrativa.

Nesse processo, não são os personagens comuns, os representantes das diversas categorias do povo que preenchem as

páginas dos livros de História, mas sujeitos sustentados por “uma rede complexa e intrincada de conexões dentro de um solo histórico, econômico, político e sociocultural” (FABRÍCIO, 2006, p.55). A linguista Branca Fabrício, ao refletir sobre essas relações, comenta que

vistas pelas lentes foucaultianas, as instituições e as diferentes áreas de conhecimento exercem poder na medida em que são construtoras e divulgadoras de discursos e ‘verdades’, criando fatos e instaurando realidades e possibilidades de exigir e agir. Contribuem, assim, ativamente para a constituição da vida social e para a geração de sistemas de redes de forças interdependentes. Essas redes, encontrando-se em relação de co-pertinência, produzem um domínio instável, flexível e reconfigurável, de acordo com contextos e momentos históricos específicos (FABRÍCIO, 2006, p. 55).

No trecho a seguir, retirado do prefácio da segunda edição de **A Cidade de Pelotas** (1922), obra encomendada pela intendência municipal por razão da comemoração do primeiro centenário da cidade, é possível perceber alguns dos critérios estabelecidos para a definição do perfil de quem poderia escrever a história do município.

E muito bem inspirada andou a nossa municipalidade ao entregar tão ingente tarefa a um pelotense ilustre por todos os títulos, consagrado homem de letras, sociólogo, pensador, estudioso da história pátria e apaixonado pesquisador do passado destes rincões de Pelotas - Fernando Luís Osorio (filho).

Neto de Osorio - o Legendário - e filho do Ministro Fernando Luís Osorio, nasceu Fernando Osorio em 1886. Formou-se com distinção em Direito, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1910 (LOPES, 1962 In: OSÓRIO, 1997, p. 9).

Como se pode perceber, a tarefa é delegada a um tipo de indivíduo do qual destacam-se a cultura, a instrução, a riqueza e a influência e, conseqüentemente, essas características são compreendidas pelo leitor como um ideal, como fatores indispensáveis para o cumprimento da referida incumbência. Logo, sendo um verdadeiro representante da elite intelectual pelotense, membro de uma família ilustre e tradicional, Fernando Osório, de seu ponto de vista, dispôs as informações às quais teve acesso, organizando-as de forma a destacar a superioridade do povo de Pelotas, que ainda se encontrava envolvido pelos despojos dos tempos de glória.

Segundo Branca Fabrício (2006), percebe-se a relevância de empreender esforços para “situar sócio historicamente as práticas discursivas e associá-las às suas condições de produção, circulação e interpretação” (FABRÍCIO, 2006, p. 49). Se como afirma Fabrício, em clara referência ao pensamento de Michel Foucault, “o discurso sobre as coisas é que cria as coisas em si” (FABRÍCIO, 2006, p. 54), e compreendendo que “qualquer critério de atribuição de sentido à existência de coisas, eventos e experiências ocorre necessariamente no âmbito linguístico-semântico” (FABRÍCIO, 2006, p. 50), pode-se considerar essencial a investigação dos

mecanismos que dão base e sustentação à criação de outras realidades através do discurso. Nesse sentido, Fabrício destaca a importância de refletir e de discutir tais questões “não para encontrar correspondências, mas para entender de onde viemos e de qual patamar movimentamos saberes e articulamos o novo” (FABRÍCIO, 2006, p. 46).

Tomando por base o caso da cidade de Pelotas, sabe-se que esta se forma a partir da exploração da mão de obra escrava e da atividade agropastoril. Tem um ápice econômico na segunda metade do século XIX que lhe oportuniza enviar jovens para importantes universidades da época - inicialmente para Coimbra, depois São Paulo, França, Rio de Janeiro, entre outros - e, logo, ganha *status* de polo cultural, por seus costumes importados, pela influência que sofreu da Europa.

Porém, via documento, o que se comprova é a emergência econômica, o crescimento e a expansão da cidade em termos financeiros. Factualmente, o que temos são indícios de um equilíbrio entre os avanços da cidade diante das demais localidades de porte semelhante, naquele período.

Citando outro exemplo, em 1849, os pelotenses foram parabenizados pelo correspondente do *Diário do Rio Grande*, por não terem desejado publicar um “periódico qualquer”. Fernando Osório (1997, p. 362), ao comentar essa informação, relaciona-a ao que ele chama de “exemplo, pouco animador, do jornalismo dissolvente da cidade vizinha”. Realmente, o primeiro jornal de Rio Grande (a cidade vizinha) havia encerrado as atividades há

poucos anos, mas desde 1846 os rio-grandinos já publicavam o *Eco do Sul*, que assim como o primeiro, *O Noticiador* (1832-1836), era amplamente utilizado pelos pelotenses para publicação de atas, notas fúnebres, anúncios comerciais, entre outros. Sendo assim, é no mínimo válido pensar que as rivalidades existentes nesse período entre as duas cidades podem ter influenciado na opinião explicitada e que o fato de só em 1851, com a publicação do *Pelotense*, a cidade de Pelotas chegar à era da imprensa, pode ser considerado um atraso.

Outro aspecto interessante na história da cidade, que pode ser encontrada na grande maioria dos relatos a respeito da fundação da freguesia de São Francisco de Paula (LOPES, 1912; OSÓRIO, 1997; MAGALHÃES, 1993, dentre outros), é que foi Pinto Martins, um português vindo do Ceará, que trouxe para a região a técnica do charqueamento, embora essa versão não seja fundamentada em documentos e, ao contrário; existam provas de que Pinto Martins não esteve na região no período indicado - 1780 - e, principalmente, que existem registros muito anteriores do salgamento de carne na região (MONQUELAT; MARCOLLA, 2012).

Existem pesquisas recentes indicando a predominância da atividade agropastoril no período das charqueadas (Ibid., 2012); há, ainda, diversos estudos que reivindicam a participação dos negros, junto aos portugueses, na constituição de Pelotas como a “Cidade do Doce” (KOSBY; RIETH, 2008). Diante desses relatos e de tantos outros que constituem uma história da cidade de Pelotas, é possível perceber a forte presença dos mitos e das lendas que

foram compondo o imaginário dos pelotenses e, na falta de documentos históricos, foram dando corpo à História de Pelotas.

Somando-se a tais questões a escassez de espaços públicos de sociabilidade, o tratamento dado ao patrimônio público (visto as praças mal cuidadas, as epidemias frequentes devido à falta de saneamento e a poluição irreversível do Arroio Santa Bárbara), a demora com que foi fundado o Gabinete de Leitura e do surgimento de escritores locais, pode-se perceber que foram manifestações esparsas as que constituíram a “vida cultural” da cidade, no século XIX. Porém, ainda no início do século XX, já envolta por uma aura de “Capital Cultural” e integrando o movimento em prol da construção de uma identidade nacional, preocupação latente na historiografia da época, os escritores pelotenses e demais incentivadores da cultura, através da valorização exacerbada da cor local, resgatando termos e imagens que contribuíram para a concepção de uma Pelotas com atributos de princesa, consolidaram os elementos que dariam base para uma cultura ainda perpetuada.

Considerações finais

Diversos termos emergiram na linguagem das artes para designar uma “imagem” capaz de, em alguns casos, retratar a cidade e, em outros, criar uma cidade ficcional, tais como Princesa do Sul, Atenas do Sul, Atenas do Rio Grande, Flor do Sal, Tapera e Satolep. Além de termos oriundos do marketing como Capital Cultural e Cidade do Doce. Ao se tornarem representativas de

culturas, essas expressões passam a influenciar diretamente a vida social e, tendo em vista a perspectiva de uma Linguística Aplicada Crítica, não podem passar ao longe das reflexões desta área. Segundo Pennycook,

Se ensinarmos, tendo por meta a competência comunicativa, e não explorarmos como o uso da linguagem foi historicamente construído em torno das questões de poder e de dominação, ou como, nos seus usos cotidianos, a linguagem está sempre envolvida em questões de poder, estaremos, uma vez mais, desenvolvendo uma prática de ensino que tem mais a ver com acomodação do que com acesso ao poder (PENNYCOOK, 1998, p. 31).

Nesse contexto, este trabalho sem perder de vista a especificidade de seu objeto de investigação, qual seja, “o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos específicos” (SIGNORINI, 1998, p. 101), buscou apropriar-se de metodologias e de práticas interdisciplinares para problematizar o uso da linguagem em contextos múltiplos, tornando patente que apenas teorias linguísticas não são suficientes para descrever e interpretar os enunciados nas práticas discursivas contemporâneas. Logo, compreende-se que a

LA precisa dialogar com as teorias que têm levado a uma profunda reconsideração dos modos de produzir conhecimento em ciências sociais (cf. Signorini, 1998b), na tentativa de compreender nossos tempos e de abrir espaço para visões alternativas ou para ouvir outras vozes que possam revigorar nossa vida social ou vê-la compreendida por outras histórias. Isso parece

ser imperioso em uma área aplicada, que, em última análise, quer intervir na ou falar à prática social (FABRÍCIO, 2006, p. 23).

Percebe-se, portanto, a importância de refletir sobre os limites que separam a ficção da realidade e os efeitos de uma possível confusão entre as duas. A partir de determinados suportes, uma realidade pode ser criada e difundida, no entanto, esses processos têm consequências diretas na sociedade. O enfoque dado a certas histórias ou versões de uma história pode ser determinante para a maneira como essa história será assimilada pelas pessoas. Tendo em vista a perspectiva assumida, algumas ideias podem ser reforçadas e outras esquecidas.

Todavia, não se pretende, com este estudo, criticar ou questionar a autoimagem dos pelotenses, sua maneira de compreender a cidade como guardiã de uma história que merece ser preservada, uma capital cultural merecedora do *status* de Princesa do Sul, visto que essa perspectiva é válida e verdadeira como representação de uma cultura. Segundo Hall (1997), a identificação cultural entre os indivíduos se dá de forma subjetiva e, embora estes possam não se sentir completamente identificadas com uma perspectiva - seja de uma Pelotas culta e imponente, seja de uma Pelotas que vive de memória e ostentação ou tantas outras existentes - acabam sentindo-se atraídos por e acomodando-se a uma delas, já que estas perspectivas são constituídas de sentido por determinados fatores históricos ou que fazem parte da

atual situação, no caso deste estudo, da cidade e do imaginário dos pelotenses.

O que se pretende, então, é relativizar essas representações da cidade, agregar reflexões que busquem dar conta das consequências das mesmas, já que há, na cidade de Pelotas, uma matriz cultural que compreende ser Pelotas destacada dos demais municípios por sua cultura, por sua história e por sua superioridade. Logo, há a necessidade de oferecer à sociedade outras representações do passado e novas linhas de compreensão que apontem para a urgência de reflexão, de fundamentação e de posicionamentos menos categóricos.

Deste modo, infere-se que as práticas discursivas vinculadas à educação, e mais especificamente ao ensino de línguas, subjetivam os sujeitos envolvidos no processo educativo no sentido da homogeneização do saber. As temáticas que decorrem do ensino de línguas são extremamente importantes, pois trata-se de uma área ampla e potencialmente rica, capaz de impulsionar o desenvolvimento do indivíduo ou restringir seu campo de possibilidades. Suas dimensões afetam um campo maior que a escola, inclusive pelos campos cultural, político, social, econômico e educacional, colocando em pauta as diversas estruturas de poder que permeiam este processo.

Através dessa compreensão, conclui-se que os discursos produzem identidades, que a cidade é como uma arena de disputas estabelecidas a partir do saber e do poder; que alguns campos do saber são mais valorizados do que outros; que as identidades são

construídas socialmente e as verdades são uma construção humana e podem ser colocadas em suspenso. Por fim, colocar nossas verdades em suspenso não significa o demérito das mesmas, mas a atitude reflexiva de questionar os fatos, “que exigem uma teoria; e que essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos dos discursos a partir do qual são construídas” (FOUCAULT, 2008, p. 29).

Referências

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 45-65.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo**, 1997. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

KOSBY, Marília; RIETH, Flávia. **Nós cultuamos todas as doçuras: a contribuição negra para a tradição doceira de Pelotas.** Jun. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/bLOAo>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

LOPES, Luiz Simões. Prefácio à segunda edição. In: OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas.** 3.ed., rev. Pelotas: Armazém Literário, 1997. (Coleção Cidade de Pelotas, dois volumes)

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel; Livraria Mundial, 1993.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____ (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006, p. 13-44.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **Desfazendo Mitos.** Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas.** 3.ed., Revista. Pelotas: Armazém Literário, 1997. (Coleção Cidade de Pelotas, dois volumes)

PENNYCOOK, Alastair. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 23-49.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2007, 5 jan. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3212>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade.** São Paulo: Mercado de Letras, 1998.